

Patrimônio biocultural:

Perspectivas críticas sobre resiliência, descentralização cultural e sustentabilidade na paisagem metropolitana do Rio de Janeiro

ET4: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Monica Bahia Schlee

Programa de Pós-Graduação Profissional em Design e Patrimônio – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ
E-mail: monbasch@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa dois espaços livres na região metropolitana do Rio de Janeiro — o Parque Ecológico da Rocinha e o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu — para examinar como comunidades periféricas reapropriam o valor biocultural do seu patrimônio e de que modo a participação social pode contribuir para sua conservação. Partindo da premissa de que o uso público é fundamental para conciliar conservação e sustentabilidade, o estudo problematiza a dicotomia entre natureza e cultura na gestão do patrimônio e questiona visões patrimoniais fragmentadas e elitistas. A pesquisa, qualitativa e comparativa, combina revisão bibliográfica, observação direta e análise de experiências comunitárias e de extensão universitária, dialogando com os conceitos de patrimônio biocultural, patrimônio vivo e descentralidade cultural. Os resultados evidenciam vulnerabilidades comuns, como a desarticulação governamental e a exclusão simbólica das periferias, mas também o potencial de redes locais e universitárias na construção de modelos colaborativos de gestão. Conclui-se que a resiliência e a sustentabilidade das paisagens metropolitanas dependem não apenas de instrumentos legais, mas do reconhecimento de direitos socioambientais, da valorização de saberes locais e da adoção de formas compartilhadas de governança, nas quais a abordagem biocultural se mostra estratégica para promover justiça socioambiental e fortalecer identidades coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio biocultural; participação social; descentralidade cultural; espaços livres; paisagem metropolitana.

ABSTRACT

The article examines two open spaces in the metropolitan region of Rio de Janeiro—the Rocinha Ecological Park and the Nova Iguaçu Municipal Natural Park—to investigate how peripheral communities reappropriate the biocultural value of their heritage and how social participation can contribute to its conservation. Grounded in the premise that public use is essential for reconciling conservation and sustainability, the study problematizes the nature–culture dichotomy in heritage management and questions fragmented and elitist heritage paradigms. The qualitative, comparative research combines a literature review, direct observation, and an analysis of community initiatives and university extension activities, engaging with the concepts of biocultural heritage, living heritage, and cultural decentrality. The findings reveal shared vulnerabilities, such as governmental disarticulation and the symbolic exclusion of peripheral areas, but also highlight the potential of local and university networks in building collaborative management models. The article concludes that the resilience and sustainability of metropolitan landscapes depend not only on legal instruments, but also on the recognition of socio-environmental rights, the valuing of local knowledge, and the adoption of shared forms of governance, within which the biocultural



approach proves strategic for promoting socio-environmental justice and strengthening collective identities.

KEYWORDS: Biocultural heritage; social participation; cultural decentrality; open spaces; metropolitan landscape

1 INTRODUÇÃO

A região metropolitana do Rio de Janeiro, marcada por fortes desigualdades socioespaciais, impõe desafios à gestão equitativa do patrimônio e à conservação de espaços livres urbanos, especialmente quando se busca articular proteção ambiental, inclusão social e sustentabilidade. Nesse contexto, o artigo investiga o papel da participação social na conservação do Parque Ecológico da Rocinha e do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, discutindo os conflitos de uso e ocupação que ameaçam essas áreas e o potencial destes espaços livres como elementos de conexão capazes de articular fragmentos urbanos segregados. Inserido no debate que questiona a dicotomia natureza–cultura (Cameron and Rössler, 2013; Leitão, 2017; and Mitchell, 2023; entre outros), o estudo mobiliza os conceitos de patrimônio biocultural, patrimônio vivo e descentralidade cultural (Boege, 2015; Barbosa, 2020; Bhabha, 1994; Escobar, 2020) para interpretar a paisagem metropolitana como um sistema híbrido, atravessado por desigualdades, legados coloniais e práticas de resistência. A metodologia, qualitativa, exploratória e com abordagem comparativa, combina pesquisa bibliográfica, observação direta e análise de experiências comunitárias e universitárias. A investigação baseia-se na atuação da autora no projeto Amigos do Parque Ecológico da Rocinha (APER) e em pesquisas e ações de extensão no Parque de Nova Iguaçu, complementadas por visita de campo. Essas iniciativas — que envolvem ocupações culturais, mutirões, práticas educativas e ações de cuidado ambiental — permitem examinar como mobilizações coletivas contribuem para preservar valores bioculturais, fortalecer a resiliência urbana e reconfigurar relações entre comunidades, poder público e patrimônio em contextos periféricos.

2 Contextualização: a periferia da centralidade e a centralidade periférica – duas faces da exclusão

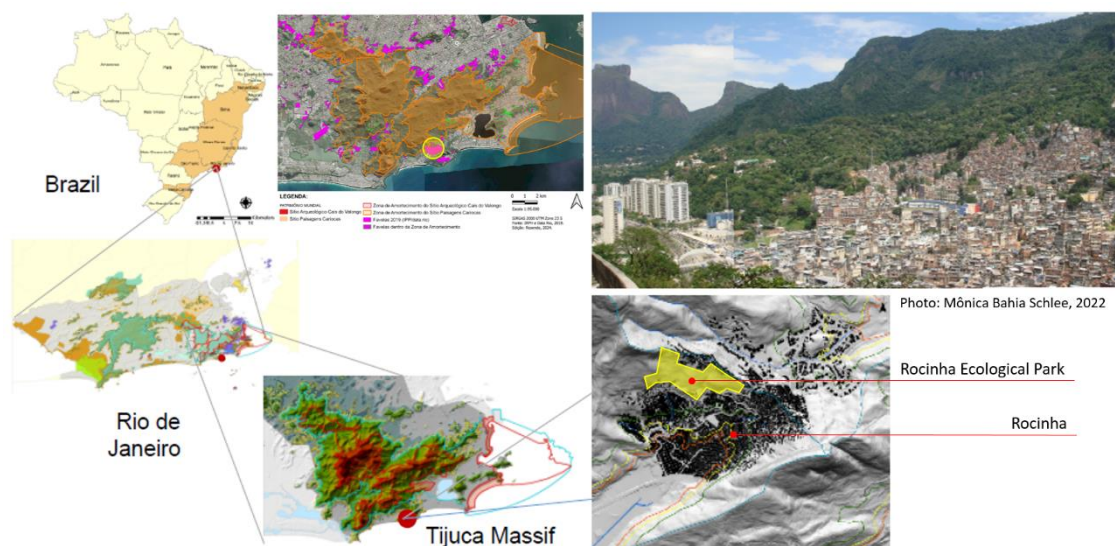
A região metropolitana do Rio de Janeiro, marcada por fortes contrastes socioespaciais, reflete desigualdades históricas no reconhecimento do seu rico patrimônio natural e cultural, tangível e intangível. Enquanto o núcleo costeiro concentra diversos bens oficialmente protegidos — entre os quais os sítios reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” (2012), o “Cais do Valongo” (2017) e o “Sítio Burle Marx” (2021), além dos inúmeros bens reconhecidos pelas instâncias federal, estadual e municipal —, as periferias e favelas permanecem à margem das políticas de preservação.

Embora o sítio “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” (UNESCO, 2012) tenha reconhecido valores e referências culturais que moldaram a paisagem carioca, as favelas situadas em sua zona de amortecimento foram excluídas do reconhecimento patrimonial, refletindo o estigma estrutural contra comunidades predominantemente

negras e pobres. Na perspectiva institucional, as favelas são vistas como ameaças aos sítios patrimonializados. Tanto no dossiê de inscrição do sítio, como em seu plano de manejo, as favelas são identificadas como uma das pressões urbanas que afetam o sítio – são apontadas como ocupações ilegais localizadas em sua zona de amortecimento – da mesma forma que as antenas de transmissão que perturbam a vista das montanhas para quem olha da cidade em sua direção; a poluição dos rios, lagoas e águas da Baía de Guanabara devido ao lançamento de esgoto in natura; a caça de animais silvestres; as velas, utensílios e alimentos deixados ao ar livre durante rituais religiosos; o desmatamento; e os resíduos diversos acumulados nas encostas (UNESCO, 2012; UNESCO, 2014). Esta omissão contrasta com a rica biodiversidade e patrimônio cultural presentes nos territórios periféricos, onde comunidades desenvolvem práticas de cuidado e apropriação, tensionando as políticas patrimoniais oficiais.

O Parque Ecológico da Rocinha e o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a despeito das diferenças de escala, exemplificam essa disparidade: ambos situados em áreas de vulnerabilidade social, representam potenciais espaços de integração socioambiental e cultural. No caso da Rocinha, o parque se situa no coração da metrópole, na periferia imediata da zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca na interface com a Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina, e foi criado para conter a expansão urbana e promover a educação ambiental, mas sofre com abandono e invisibilidade institucional. Este parque faz parte da ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado, criada para manter os ecossistemas naturais de Mata Atlântica na periferia da zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, um dos principais componentes do sítio Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar.

Fig. 1. Parque Ecológico da Rocinha, localizado na periferia imediata da zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca na interface com a Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina.

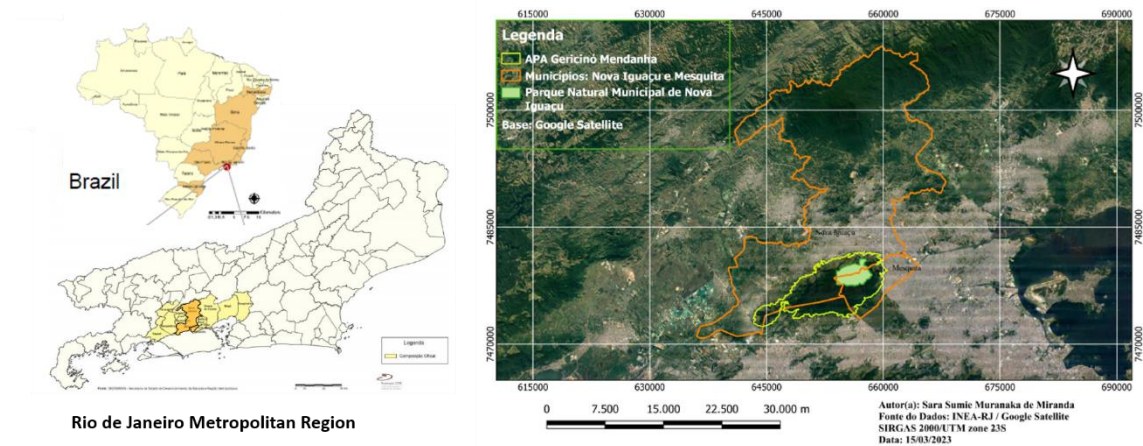


Fonte: Autora, sobre base de dados PCRJ/IPP/Data.Rio.

Já o parque de Nova Iguaçu, inserido na Baixada Fluminense, região historicamente caracterizada como “zona de sacrifício” da metrópole, reúne um rico patrimônio científico, de valor geomorfológico, geológico, biológico e cultural, incluindo uma vasta área coberta por Mata Atlântica preservada sobre um conjunto de três serras escarpadas (Serra de Gericinó, Serra de Madureira e Serra do Mendanha) e ocorrências de rochas vulcânicas dispostas em forma circular, que testemunham a existência de um

vulcão, hoje extinto. Quase a metade de sua área (540 ha) se insere dentro dos limites do município de Nova Iguaçu. Os 560 ha restantes pertencem ao município de Mesquita, emancipado de Nova Iguaçu logo após a sua criação. Este parque integra um conjunto de cinco unidades de conservação – em conjunto com a Área de Proteção Ambiental Estadual de Gericinó-Mendanha, o Parque Natural Municipal de Mesquita, o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha e o Parque Estadual do Mendanha. Com categorias de proteção distintas, destinadas à conservação da biodiversidade e das características ambientais e culturais locais, e sob tutela de instâncias governamentais diferentes, estas unidade de conservação apresentam sobreposições em seus recortes territoriais (MURANAKA, 2023; OLIVEIRA, 2023). Em ambos, a população local tem assumido papel central na reapropriação dos espaços, revelando novas possibilidades de conservação participativa e ressignificação patrimonial.

Fig. 2. Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Muranaka, 2023, sobre base de dados INEA/Google Satellite.

O quadro a seguir sintetiza informações básicas sobre os dois parques e ressalta a diferença de escala entre eles, tendo como referência o Parque Nacional da Tijuca. A desigualdade em ambos os territórios, sobretudo em termos de acesso à cultura, evidencia um projeto institucional que dificulta o desenvolvimento cultural e econômico das regiões periféricas, onde vivem principalmente negros e pobres. Apesar da falta de interesse governamental, organizações sociais, coletivos e produtores culturais contribuem para questionar este modelo e construir um capital cultural local.

Quadro 1. Principais características dos parques analisados			
	Parque Ecológico da Rocinha	Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e Mesquita	Parque Nacional da Tijuca
Localização (município)	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu e Mesquita	Rio de Janeiro
Ano de criação	2012	1998	1961
Área (em hectares)	9	1.100	3.958
Ato legal de criação	-	Decreto Municipal nº 6.001/1998	Decreto Federal nº 50.923/1961
Instância e órgão de tutela	Governo Estadual, sem definição de órgão responsável	Governo Municipal/ Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu	Governo Federal/ ICMBio

Unidade de conservação em que se insere	ARIE – Área de Relevante Ecológico de São Conrado	APA – Área de Proteção Ambiental Estadual de Gericinó-Mendanha	Sítio Paisagens Cariocas entre o Mar e a Montanha
Conselho gestor	não	sim	sim
Programa de voluntariado formalmente instituído	não	sim	sim
Atrativo turístico principal	Encontros culturais mensais	Circuito das águas: cachoeiras e poções	O Corcovado

Fonte: Autora, 2025.

3 A noção de patrimônio biocultural como ponte entre natureza e cultura, a partir da perspectiva do sul global

A paisagem, no âmbito deste trabalho, é entendida como construção histórica e social e como um sistema relacional e articulado cujos significados — inicialmente vinculados ao valor estético — evoluíram para uma concepção híbrida que integra dimensões naturais, culturais, simbólicas e socioecológicas (Bertrand, 1971; Besse, 2009; Figueiredo, 2014; Ribeiro, 2020 e Schlee, 2024). Esse percurso se reflete na ampliação das políticas internacionais e nacionais de preservação, das recomendações da UNESCO nos anos 1960 (UNESCO, 1962; 1972; 1992; 2011) à Constituição Federal de 1988 (Brasil 1988, Artigo 216 e 225), que reconhece bens materiais e imateriais como referências identitárias e a diversidade ecológica e a integridade do patrimônio genético como direito de todos os brasileiros.

A adoção da categoria de paisagem cultural pela UNESCO em 1992, se por um lado representou um avanço em relação às categorias de proteção anteriores, que focavam nos bens naturais e culturais separadamente, limitou as possibilidades de integração entre Natureza e Cultura, após a decisão de classificar as paisagens culturais como bens culturais (UNESCO, 1992). Documentos subsequentes, como a Recomendação R(95) 9 (Conselho da Europa, 1995), a Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) e o lançamento da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica em 2011 pela UNESCO (UNESCO, 2011) ampliaram o conceito de paisagem, reconhecendo-a como resultado das interações sociais com os territórios, destacando sua importância cultural, ecológica e social. Esses avanços foram seguidos pela criação de cartas continentais, como a Carta da Paisagem das Américas (IFLA 2018), que definiu a paisagem como um bem comum e um instrumento de bem-estar coletivo.

Apesar disso, persistem no Brasil critérios elitistas e procedimentos de gestão separados que reforçam a cisão entre natureza e cultura, mantendo práticas seletivas e dualistas de tutela (Scifoni, 2006; Schlee, 2015; Motta, 2017). Embora a Constituição de 1988 tenha ampliado a noção de patrimônio, a legislação brasileira ainda reflete a divisão entre o domínio natural e cultural, reforçada pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000). Ao longo do tempo, esse entendimento foi sendo adotado por órgãos de



tutela, políticos e até cidadãos comuns, solidificando uma visão segregada e compartimentada, que permanece enraizada no imaginário coletivo.

Embora a maioria dos especialistas agora concorde com a ideia de interação entre natureza e cultura, a compreensão da forma e do grau da interação varia. A abordagem biocultural, mobilizada neste trabalho, busca superar essa cisão ao reconhecer a interdependência entre modos de manejo tradicionais, práticas urbanas contemporâneas e dinâmicas socioterritoriais (Boege, 2015; Barbosa, 2020; Schlee, 2023). Alinhada a perspectivas decoloniais e indígenas, ela concebe a paisagem como sistema relacional e vivo, no qual natureza e cultura são mutuamente constitutivas (Krenak, 2019; Kopenawa e Albert, 2010). O conceito de patrimônio vivo reforça essa visão ao destacar a continuidade das conexões entre comunidades e territórios, enfatizando a participação social como elemento central da sustentabilidade patrimonial (Wijesuriya, 2015; Pereira (2023).

A descentralidade cultural contribui para reconfigurar hierarquias de valor ao incorporar vozes subalternas, práticas populares e narrativas plurais que contestam perspectivas hegemônicas (Bhabha, 1994). Ao reconhecer múltiplas histórias, identidades e territorialidades, amplia-se a legitimidade dos processos de interpretação e gestão do patrimônio. De forma convergente, autores como Simas (2023), Nêgo Bispo (Santos, 2023) e Escobar (2020) defendem abordagens “diversais”, relacionais e situadas, que compreendem as paisagens como tecidos de interações entre humanos, não-humanos e saberes locais.

Assim, o patrimônio se mantém vivo por meio da negociação contínua de significados realizada pelos diversos grupos sociais, incluindo aqueles historicamente marginalizados. No contexto da região metropolitana do Rio de Janeiro, a perspectiva biocultural oferece um quadro analítico robusto para compreender uma paisagem moldada por práticas sociais diversas, disputas simbólicas e fortes interdependências socioambientais.

4 Ações colaborativas: experiências coletivas de afeto, cuidado e resiliência

A ideia de criar o **Parque Ecológico da Rocinha** emergiu de uma proposta apresentada por moradores da Rocinha como uma alternativa ao plano do governo do Estado do Rio de Janeiro de construir um muro em torno da favela da Rocinha para conter sua expansão em direção ao Parque Nacional da Tijuca em 2004. O parque ecológico foi imaginado como uma área para amortecer os impactos entre favela e a floresta Atlântica, e ao mesmo tempo promover a conscientização ambiental, a conservação florestal e proporcionar um espaço de lazer para a comunidade. O parque foi parcialmente concluído em 2012, incorporando áreas de encontro e contemplação em vários patamares, uma quadra de tênis, um campo de futebol, equipamentos de ginástica ao ar livre, um anfiteatro para eventos culturais, playground infantil, áreas de estar e banheiros públicos.

No entanto, uma série de obstáculos legais e burocráticos, incluindo questões não resolvidas de posse da terra, conflitos de competências entre autoridades estaduais e municipais sobre a gestão do parque e suporte financeiro limitado para sua manutenção, dificultaram significativamente o desenvolvimento e a manutenção do parque. Adicionalmente, o caso não resolvido de Amarildo Dias de Souza – um morador local que foi morto no parque em 2013, presumivelmente pela polícia militar, pouco após sua construção – contribuiu para a deterioração da área. Como resultado, o parque gradualmente caiu em abandono, com muitas de suas instalações vandalizadas, invadidas ou degradadas. Sem suporte institucional e fiscalização social efetiva, o parque desde então passou por um processo de abandono, comprometendo sua função original de espaço de uso público.

Fig. 3. Atividades da APER no Parque Ecológico da Rocinha, 2024.



Photos: Marta Gil Riesco, 2023
and Nicholas Simões, 2024

Fonte: Acervo Marta Gil Riesco e Nicholas Simões.

Para enfrentar o cenário predominante de abandono, medo e degradação do parque, moradores da Rocinha – juntamente com aliados, líderes locais e ativistas engajados em causas sociais, culturais e ambientais – uniram esforços com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio e organizações sem fins lucrativos para criar o coletivo Amigos do Parque Ecológico da Rocinha (APER). Desde 2022, o coletivo APER

promove ocupações culturais mensais, mutirões de limpeza, oficinas artísticas (de literatura, desenho e grafite) e de educação ambiental, e lanches comunitários preparados voluntariamente pelos participantes para reativar o parque como espaço comunitário, cultural e educativo (Fig. 3).

Os encontros são intitulados Superação (que significa tanto uma grande ação quanto a anulação de um trauma). O Amigos do Parque Ecológico da Rocinha (APER) é coordenado/organizado conjuntamente por oito voluntários, responsáveis por organizar os encontros, as redes sociais (<https://www.instagram.com/aper.rocinha/>) e as demandas locais, e um grupo maior de voluntários incluindo artistas locais, líderes comunitários, influenciadores digitais, além de moradores de outras favelas, que se juntam ao movimento a cada encontro para trocar conhecimentos e experiências.

A origem da criação do **Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu** remonta a 1985, quando o terreno particular foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação pela Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. Ignorando a iniciativa da prefeitura de Nova Iguaçu, o terreno do parque foi comprado de seu proprietário pelo Estado do Rio de Janeiro para implantação de programa habitacional na área que já havia sido declarada como de proteção de mananciais. Com a revogação da compra, o parque foi finalmente criado em 1998 como forma de enfrentar as seguidas tentativas de ocupação da área pelo mercado imobiliário. Em 1999, porém, o município de Mesquita foi emancipado de Nova Iguaçu e o território do parque ficou dividido entre os dois municípios, com sua administração a cargo do município de Nova Iguaçu. (Queiroz, 2018; Muranaka, 2023).

No Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, o destaque é a parceria com as universidades, sobretudo com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esta parceria viabiliza o programa de voluntariado e projetos de reflorestamento e educação ambiental e patrimonial, com elaboração de mapeamentos temáticos e valorização cultural dos vestígios das antigas fazendas e edificações que remontam a momentos históricos significativos deste território.

Fig. 4. Atividades da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.



Fotos: Acervo Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Os quadros 2 e 3 reúnem problemas e recomendações para aprimorar a gestão dos dois parques. As informações e propostas para o Parque Ecológico da Rocinha são baseadas nas contribuições acadêmicas de Richter (2025), Firmino

(2025) e nas trocas entre a autora e os demais integrantes do coletivo APER desde fevereiro de 2022. As informações e propostas para o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu baseiam-se nas contribuições acadêmicas de Queiroz (2018), Oliveira (2023) e Muranaka (2023), e em comunicação pessoal com Rodrigo de Souza, Coordenador de Uso Público do PNMNI, em setembro de 2025.

Quadro 2. Principais problemas		
	Parque Ecológico da Rocinha (PER)	Parque Natural de Nova Iguaçu (PNMNI)
Insipiente articulação e falta de cooperação entre instâncias e setores governamentais	Falta de cooperação entre o governo municipal e o governo estadual e entre os órgãos responsáveis pela tutela e manutenção do parque. Ausência de gestão integrada com a Área de Relevante Interesse Ecológico.	Conflito entre os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita em relação à gestão do parque, ao repasse e uso de recursos provenientes da destinação de impostos e contrapartidas ambientais. Falta de gestão integrada entre as diferentes áreas protegidas do Maciço Gericinó-Mendanha.
Plano de manejo	Não há plano de manejo para este parque.	Plano de manejo desatualizado: embora exista um plano oficial desde 2001, há lacunas na integração entre dimensões natural, cultural e social e falta de recursos e de vontade política para atualizá-lo.
Comitê gestor/conselho consultivo	Ausência de um comitê gestor que possibilite a integração entre o poder público em suas diversas instâncias e a comunidade local.	Pouca representatividade e fragilidade do conselho consultivo, criado em 2001, formado apenas por dez membros e respectivos suplentes, comprometendo a participação social efetiva.
Pressões antrópicas	Ocorrência de desmatamento e ocupações irregulares promovidas pelo mercado mobiliário informal dentro da área do parque, despejo de lixo e entulho, incêndios provocados e uso inadequado do território, que podem acarretar risco de deslizamentos em áreas de maior declividade.	Ocorrência de caça, extrativismo ilegal de espécies da flora e uso inadequado do território, com despejo de lixo, incêndios frequentes, especialmente na vertente norte, e poluição dos cursos d'água junto aos acessos ao parque, e dificuldade de solução por falta de vontade política e de integração entre órgãos e número reduzido de funcionários.
Conflitos territoriais e vulnerabilidade social no entorno	Conflitos territoriais entre interesses imobiliários, preservacionistas e comunitários, com presença de grupos armados e influência do crime organizado.	Áreas em torno do parque sofrem com infraestrutura urbana deficiente, baixo índice de desenvolvimento econômico e de escolaridade.
Baixa visibilidade social	Muitos moradores têm medo de visitar o parque devido à sua memória traumática: caso do assassinato do pedreiro Amarildo morto pela polícia no	Grande parte da população local desconhece a importância geoecológica e patrimonial do parque.

	parque (2013), ou não o conhecem ou não o identificam como deles.	
--	---	--

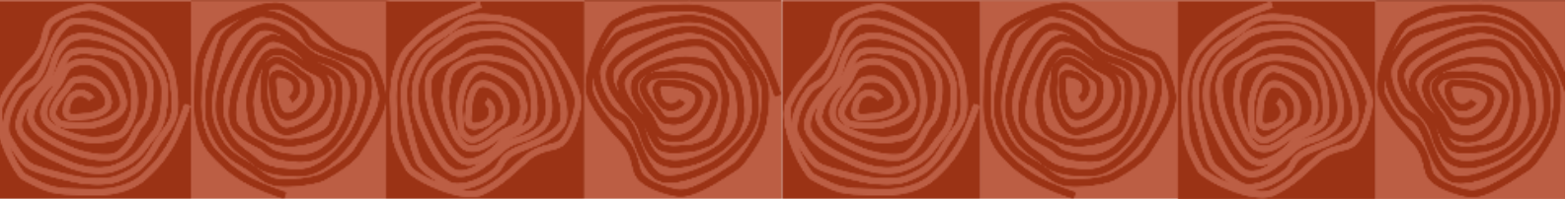
Fonte: Autora, com base em Richter, 2025; Firmino, 2025; Muranaka (2023); Oliveira (2023); Queiroz (2018) e Souza (2025).

Quadro 3. Recomendações	
Parque Ecológico da Rocinha (PER)	Parque Natural de Nova Iguaçu (PNMNI)
Implantação de gestão compartilhada por meio de arranjos institucionais para promover a cogestão entre o estado, município e a comunidade organizada.	Fortalecimento institucional e financeiro para a melhoria da gestão do parque, com ampliação de recursos humanos, técnicos e orçamentários.
Inclusão oficial do parque como componente da Área de Relevante Interesse Ecológico, com ampliação de seus limites até a borda do Parque Nacional da Tijuca.	Criação formal do Mosaico Maciço Gericinó-Mendanha, para articular diferentes UC e órgãos gestores e inclusão do parque no Mosaico Carioca.
Institucionalização do Parque Ecológico da Rocinha como polo de cultura, prática de esportes e educação ambiental e patrimonial, com extensão da programação cultural e educativa promovida pelos coletivos sociais de forma permanente.	Integração comunitária por meio de programas de educação patrimonial e ambiental, que valorizem o pertencimento dos moradores locais ao parque.
Elaboração de plano de manejo.	Atualização e implementação efetiva do plano de manejo, incorporando dimensões culturais e sociais, não apenas geoecológicas.
Criação de um conselho gestor com representantes dos moradores, coletivos e poder público.	Fortalecimento do Conselho Consultivo, com maior participação da sociedade civil e comunidades locais.
Implementação de programas de voluntariado e de monitoramento.	Implantação de programa de monitoramento.
Recuperação da infraestrutura existente e manutenção contínua: Implantar iluminação, recuperar banheiros, brinquedos e áreas de convivência e instalar placas indicativas no acesso e dentro do parque.	Ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso, transporte público, sinalização, segurança e apoio ao visitante (centro de visitantes, banheiros, pontos de descanso).
Regularização da ocupação e fiscalização: coibir ocupações ilegais, remover construções em área de risco de deslizamentos, reflorestar áreas desmatadas e implementar um programa de fiscalização comunitária.	Reforço da fiscalização e combate a práticas ilegais (caça, queimadas, extração de plantas, ocupações irregulares), associando o mapeamento a iniciativas educativas.
Fortalecimento das iniciativas locais por meio de apoio financeiro e técnico a coletivos como o APER, aos coletivo de mulheres e grupos esportivos.	Realização de ações conjuntas com outras UCs da Baixada Fluminense, criando corredores ecológicos e estratégias colaborativas de conservação.

Fonte: Autora, com base em Richter, 2025; Firmino, 2025; Muranaka (2023); Oliveira (2023); Queiroz (2018) e Souza (2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

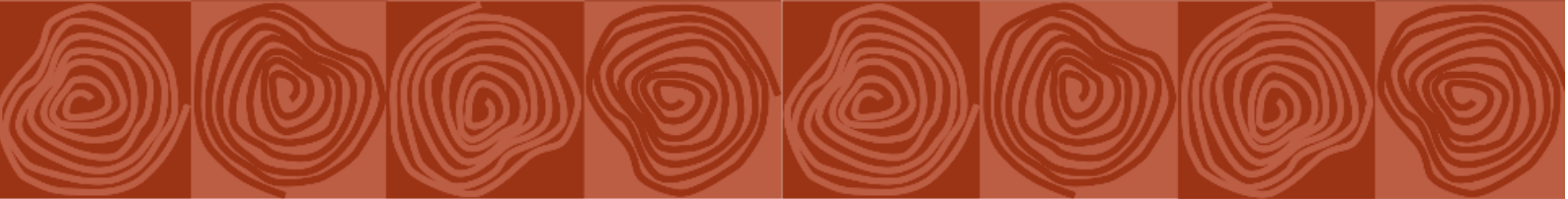
Os dois parques analisados apresentam vulnerabilidades estruturais decorrentes da pouca articulação institucional e da marginalização histórica das populações periféricas, o que reforça dinâmicas de exclusão socioespacial e o apagamento simbólico desses



territórios. Ao mesmo tempo, evidenciam potencialidades importantes, como a mobilização comunitária e a atuação de redes locais e universitárias, que apontam caminhos para modelos colaborativos de gestão capazes de romper com visões estigmatizantes e reafirmar as periferias como espaços de patrimônio vivo. No Parque Ecológico da Rocinha, a reativação comunitária revela grande potencial socioambiental, embora ainda limitada pelo abandono estatal e pela pressão imobiliária; no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a cooperação entre universidade e poder público fortalece ações de pesquisa, educação ambiental e voluntariado. Ambos, contudo, demandam ampliar o diálogo com moradores, criar mecanismos de mediação de conflitos e consolidar práticas horizontais de educação patrimonial. Revisitando o conceito de patrimônio biocultural, os casos demonstram que o engajamento social e as mobilizações coletivas são decisivos para fortalecer identidades, integrar territórios segregados e contrapor modelos autoritários de planejamento. Ao reconhecer territorialidades compartilhadas e saberes subalternizados, abre-se espaço para ampliar a proteção jurídica e simbólica desses parques e construir epistemologias mais inclusivas. Conclui-se que modelos hierárquicos de conservação são insuficientes e que a resiliência das paisagens metropolitanas depende de mecanismos de cooperação intermunicipal, da valorização das práticas comunitárias e de formas de cogestão que integrem natureza e cultura, consolidando os espaços livres como infraestruturas socioambientais essenciais.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, L. P. 2020. Povos do campo, memória e patrimônio biocultural na defesa dos territórios da América Latina. In *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação*, ed. G. M. C. Oliveira and K. M. A. Vieira, 107–121. Mossoró: EdUFERSA.
- Besse, J-M. 2014. *O gosto do mundo: Exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Bertrand, G. 1971. "Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique." *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest* 39, no. 3 (1968): 249–272.
- Boege, E. 2015. Hacia la antropología ambiental para la apropiación social del patrimonio biocultural de los pueblos indígenas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 35: 101–120. <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43906/27089>.
- Brazil. 1988. Federal Constitution. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Cameron, C., and Rössler, M. 2013. *Many Voices, One Vision: The Early Years of the World Heritage Convention*. Farnham, Surrey, UK: Ashgate, p. 26, 30–32, 37–38.
- Council of Europe. 1995. Recommendation R (95) 9 on the Integrated Conservation of Cultural Landscape Areas as Part of Landscape Policies. Strasbourg: Council of Europe.
- Council of Europe. 2000. *The European Landscape Convention*. European Treaty Series No. 176. Strasbourg: Council of Europe.
- Escobar, A. 2020. *Pluriversal Politics: The Real and the Possible*. Durham: Duke University Press.



Figueiredo, V. G. B. 2014. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. Tese de Doutorado, FAU/USP.

Firmino, R. S. 2025. Educação ambiental em espaços não formais: o Parque Ecológico da Rocinha como território educativo. Dissertação de Mestrado em Ensino em Educação Básica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

IFLA (International Federation of Landscape Architects). 2018. Charter of the Landscape of the Americas. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco.

Kopenawa, D., and B. Albert. 2010. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. Translated by Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, A. 2019. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

Leitão, L. "Bridging the Divide between Nature and Culture in the World Heritage Convention: An Idea Long Overdue?" *The George Wright Forum* 34, no. 2 (2017): 195–210. <http://www.georgewright.org/342leitao.pdf>.

Mitchell, N. 2023. "Journeys at the Intersection of Culture and Nature: Towards Integrated Approaches to Conservation." In Cameron, C. *Evolving Heritage Conservation Practice in the 21st Century*, 155–172. Singapore: Springer Nature Singapore.

Motta, L. 2017. Sítios Urbanos e Referência Cultural: O Caso Exemplar da Maré. Tese de Doutorado, PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muranaka, S. S. de M. 2023. Mobilizando o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ. Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Conservação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Oliveira, M. P. 2023. Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: Patrimônio Cultural Natural da Baixada Fluminense, Potencialidades e Desafios. Dissertação de Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Pereira, A. B. M. 2023. O Patrimônio Vivo e a Governança Participativa: Uma Análise dos Contextos Brasileiro e Estadunidense. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.

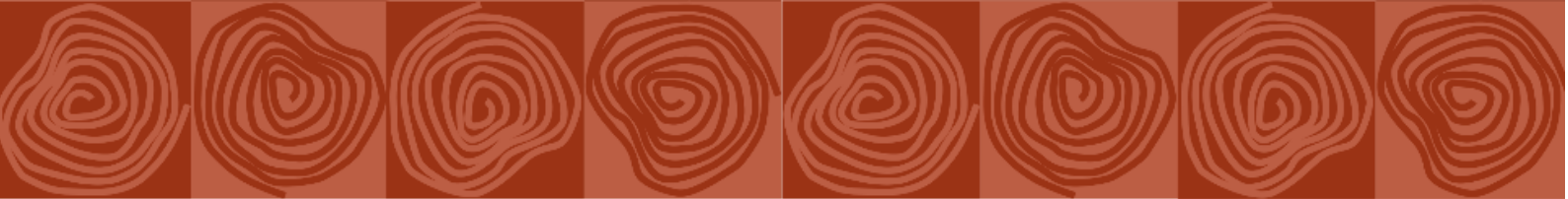
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (PCNI). 2001. Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: SEMUAM. <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/wp-content/uploads/sites/20/2022/09/plano-resumido.pdf>.

Queiroz, E. D. 2018. Uso público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu RJ: Trilhando entre possibilidades e dificuldades. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense.

Ribeiro, R. W. 2020. Paisagem. In *Dicionário IPHAN do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN.

Richter, H. 2025. A participação de atores sociais na reativação de áreas verdes urbanas públicas abandonadas: o caso do Parque Ecológico da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PUC-Rio.

Santos, A. B. 2023. A terra dá, a terra quer. Rio de Janeiro: Ubu.



Scifoni, S. 2006. A construção do patrimônio natural. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.8.2006.tde-27122006-104748.

Schlee, M. B. 2015. O Lugar da Favela na Paisagem e no Patrimônio. In *Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas*. Belo Horizonte: Fórum Patrimônio.

Schlee, M. B. 2023. Espaços livres como componentes bioculturais da paisagem do Rio de Janeiro. In Anais do Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte.

Schlee, M. B.; R. Santos; L. M. Resende, 2024. Cultural landscapes versus mixed sites: a critical reflection. In ICOMOS International Symposium Proceedings, Ouro Preto.

Simas, L. A. 2023. Crônicas exusíacas e estilhaços pelintras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

UNESCO. 1962. Recommendation Concerning the Safeguarding of Beauty and Character of Landscapes and Sites. Paris: UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114582.page=142>.

UNESCO. 1972. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Paris: UNESCO. <https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>.

UNESCO. 2011. Recommendations on the Historic Urban Landscape. Paris: UNESCO. <http://whc.unesco.org/en/activities/638>.

UNESCO/World Heritage Committee. 1992. 16th Session of the World Heritage Committee. Santa Fe, United States. WHC-92/CONF.002/12. <https://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-12e.pdf>.

UNESCO/World Heritage Committee. 2012. The Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea, Decision 36 COM 8B.42. Paris: UNESCO. <http://whc.unesco.org/en/sessions/36COM/>.

UNESCO/World Heritage Committee. 2014. The Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea. Site Management Plan. Paris: UNESCO.

Wijesuriya, G. 2015. Living Heritage: A Summary. Rome: ICCROM.